



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

DESPACHO

Campinas, 02 de setembro de 2025.

Processo: PMC.2025.00014544-15

Interessada: Secretaria Municipal de Gestão e Controle

Assunto: Contratação direta – art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei Federal nº 14.133/2021.

À Secretaria Municipal de Justiça

À Procuradoria-Geral do Município

Senhor Secretário e Senhor Procurador-Geral,

Retornam os autos com apontamento sobre a necessidade de complementação da instrução processual, consoante indicado no parecer do Núcleo Especializado, o Núcleo de Contratos e Ajustes Públicos (**DOC 15928079**), acolhido pelos superiores (**DOC 15940349 e 15941675**) da Procuradoria-Geral do Município.

Com efeito, o bem lançado parecer jurídico da NCAP (**DOC 15928079**) concluiu pela inviabilidade de análise jurídica conclusiva acerca da legalidade da pretensão, haja vista **ausência de instrução processual adequada**, e opinou pelo retorno dos autos a esta SMGC para que **(i) demonstre o atendimento de todos os elementos caracterizadores previstos no referido no art. 74, III, "f", da Lei 14.133/21, de forma clara e motivada e (ii) complemente a instrução com o ateste de notória especialização da contratada.**

Isso porque, segundo consta no corpo da manifestação:

“... não restou claro por que a empresa *COMMUNICARE SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA* foi escolhida em detrimento das outras. Assim, considerando-se que a contratação foi enquadrada no art. 74, III, "f", da Lei 14.133/21, necessário que **(i)** seja formalizado, de forma clara e motivada, o atendimento de todos os elementos caracterizadores previstos no referido dispositivo, principalmente no que pertine à notória especialização (ela deve decorrer de seu desempenho anterior, publicações, organização, equipe técnica, aparelhamento, entre outros) que deve ser suficiente a indicar que o trabalho do contratado é o mais adequado para a satisfação do objeto do contrato e **(ii)** juntado o ateste da Pasta de que a empresa é notoriamente especializada.

Cabe repisar que a inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, portanto, observa-se que é impossível ocorrer a competição entre os licitantes, já que um dos

concorrentes irá reunir qualidades que o tornam único. Além disso, no que diz respeito a inexigibilidade descrita pelo inciso III do artigo 74 do estatuto licitatório **deve haver a presença concomitante dos seguintes requisitos: a) serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual; b) notória especialização do contratado; c) demanda da administração.**

Avancemos à demonstração do cumprimento dos requisitos da inexigibilidade de licitação insculpida no art. 74, inciso III, alínea “f”, a saber:

1º) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL

Trata-se da contratação de **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, especificamente para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (alínea “f”)**, não consistindo em serviço genérico de capacitação, mas sim em curso específico e de conteúdo singular denominado “Gestão de Riscos e Integridade – Teoria e Prática”, a ser ministrado pelo renomado especialista Rodrigo Fontenelle, sobre o qual demonstraremos a notória especialização em tópico específico.

A singularidade do objeto reside no fato de que o referido curso não tem parâmetro de comparação, pois conta com uma programação, um professor e uma metodologia de abordagem que o distinguem de quaisquer outros eventos da espécie. O Conteúdo Programático do Curso Gestão de Riscos e Integridade (**DOC 15494406**) evidencia a profundidade dos temas, abrangendo desde os elementos teóricos até e **principalmente sua aplicação prática**, demonstrando as principais etapas para um gerenciamento de riscos efetivo e os principais eixos de um Programa de Integridade efetivo, aprendendo como aplicar esses instrumentos no Município, abordada por **profissional com expertise no tema**, conferindo ao evento um caráter de exclusividade e relevância que o distingue de eventual curso similar.

A inviabilidade de competição decorre, portanto, da **impossibilidade de se comparar ou licitar a participação em um evento com características tão específicas e um conteúdo tão especializado**, que atende de forma precisa e direcionada às necessidades de aprimoramento técnico dos servidores, sobretudo aqueles lotados nesta Secretaria, Unidade Central de Controle Interno desta Municipalidade.

2º) NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO

A notória especialização manifesta-se em duas vertentes complementares: a do professor e a da pessoa jurídica.

Em primeiro lugar, a notória especialização é personificada na **altíssima qualificação do professor**. Conforme atestam os documentos do processo, especialmente seu *curriculum vitae* (**DOC 16018588**), o professor Rodrigo Fontenelle é o atual Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), e consta, dentre outros destaques, o desempenho dos seguintes trabalhos: Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, Assessor Especial de Controle

Interno do Ministro da Fazenda (2015-2016), Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela implantação do Projeto de Gestão de Riscos do Ministério (2016-2018), Professor em diversos cursos, tais como Gestão de Riscos, Controles Internos, Integridade e Compliance da **Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (desde 2016)**, Professor da disciplina CONTROLES INTERNOS II para o curso de MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública, Professor da disciplina GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS para o curso de MBA em Finanças Públicas da **Fundação Getúlio Vargas – FGV** (desde 2013), professor da prestigiosa **Fundação Dom Cabral (FDC)** (desde 2018). Além disso é autor de obras de referência na área, como Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público (Ed. Fórum, 3ª edição) e Auditoria Privada e Governamental (Ed. Impetus, 4ª edição).

Recentemente, notícias midiáticas dão conta de que Rodrigo Fontenelle, Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais, aceitou convite do governador paulista e vai deixar o cargo em Minas, onde está desde 2019, para assumir o mesmo órgão, mas no governo paulista. Fontenelle vai substituir Wagner do Rosário na chefia da CGE de São Paulo, que assumirá uma cadeira como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, aberta em 19/08/25 com a aposentadoria do Conselheiro Antonio Roque Citadini (<https://ofator.com.br/informacao/rodrigo-fontenelle-deixa-comando-da-cge-de-minas-para-assumir-cargo-no-governo-tarcisio-em-sp/>).

Portanto, seu conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos e experiência, afigura-se, a todas as luzes, um **diferencial incomensurável**. A **impossibilidade de competição torna-se evidente, pois não se verifica a existência de múltiplos fornecedores que possam disponibilizar o mesmo serviço, isto é, o acesso a este curso específico, com programação exclusiva e ministrado por este especialista de renome**.

Em segundo lugar, há **exclusividade da empresa Comunicare Serviços Integrados LTDA para a comercialização dos cursos ministrados pelo referido profissional**, conforme se depreende da Declaração de Notória Especialização juntada aos autos (**DOC 16018587**) e aqui reproduzida:

DECLARAÇÃO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

Belo Horizonte, Minas Gerais, 02 de Julho de 2025.

A empresa COMMUNICARE SERVICOS INTEGRADOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ no 25.081.774/0001-15, com sede Rua Felipe dos Santos, nº 825, Complemento: Sala 605, Bairro: Santo Agostinho – CEP 30.180-165, Belo Horizonte – Minas Gerais, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Thais Venturatto Lima Falcão, por meio desta declaração, apresenta elementos que comprovam sua notória especialização na capacitação de servidores públicos, com 09 anos de atuação em todo o território nacional.

Desde sua fundação, a Empresa COMMUNICARE SERVICOS INTEGRADOS LTDA tem se dedicado à oferta de cursos de comunicação, gestão de riscos, integridade, controles internos e governança.

Ao longo de sua trajetória, já capacitou aproximadamente 5 mil servidores públicos, reafirmando seu compromisso com a excelência em sua atuação. O corpo docente é formado por profissionais com ampla experiência no setor público, incluindo o Prof. Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda. Essa equipe reúne conhecimento técnico, experiência prática e autoridade no campo em que atuam.

Diante de sua trajetória, reconhecimento institucional e qualificação técnica, a COMMUNICARE SERVICOS INTEGRADOS LTDA se apresenta como instituição de notória especialização, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente habilitada para atuar em projetos de capacitação e consultoria voltados à Administração Pública.

THAIS VENTURATTO LIMA
FALCAO:12389678688

Assinado de forma digital por THAIS VENTURATTO LIMA
FALCAO:12389678688
DN: c=BR, o=CPF Brasil, ou=FORMACAO, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=CTF Ar, ou=JMOURNICO,
ou=videlocentremec, ou=THAIS VENTURATTO LIMA FALCAO:12389678688
Dados: 2025.07.02 14:22:40 -03'00'

Thais Venturatto Lima Falcao
123.896.786-88
(COMMUNICARE SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA)

De se observar que a **Communicare Serviços Integrados LTDA** conta com **atestados de capacidade técnica** juntados aos autos, do TRT – 23ª Região (DOC 16018590), da Receita federal do Brasil (DOC 16018591) e da EMBRAPA (DOC 16018592), todos relacionados à Gestão de Riscos com o profissional Rodrigo Fontenelle.

C) DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO.

A demanda da Administração resta evidenciada no **Documento de Formalização de Demanda** (DOC 1365674), no **Estudo Técnico Preliminar** (DOC 13675714) e no **Termo de Referência** (DOC 15493547), de modo que a SMGC necessita do curso e desse diferencial do prestador do serviço. Vejamos de forma sintética a justificativa constantes desses documentos.

A contratação do Curso de Gestão de Riscos e Integridade – Teoria e Prática faz-se **extremamente necessária para garantir o exercício legal e eficiente dos Departamentos de**

Controle Interno, Auditoria Interna e Modernização da Gestão desta Secretaria Municipal de Gestão e Controle (SMGC). A capacitação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), no Planejamento 2025 do DACI e no PAINT do DA, todos aprovados pelo Prefeito.

Desde a criação do Sistema de Controle Interno (LC nº 202/2018), tornou-se imprescindível ampliar e qualificar o quadro técnico, suprimindo perdas de pessoal e assegurando treinamento contínuo de novos e antigos servidores, especialmente os auditores de controle interno. O curso proporcionará conhecimentos teóricos e práticos sobre gestão de riscos e programas de integridade, fortalecendo competências, aumentando a profissionalização e a confiabilidade das atividades de Controle Interno e Auditoria na Administração Pública Municipal.

Nesse sentido, a **contratação em tela de reconhecida excelência tem estrita pertinência temática às necessidades municipais.**

Enfeixados esses elementos, temos que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 74, inciso III, alínea "f", é clara ao permitir a contratação direta para serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal quando a competição é inviável, como demonstrado pela notória especialização do instrutor, Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, e da **Communicare Serviços Integrados LTDA** na oferta dos seus serviços.

Desse modo, sugerimos a remessa dos autos à SMJ/PGM, especialmente ao NCAP, com vistas ao parecer conclusivo sobre a contratação direta pretendida, uma vez que resta demonstrado **o atendimento a todos os elementos caracterizadores da inexigibilidade de licitação, previstos no art. 74, III, "f", da Lei 14.133/21**, de forma clara e motivada, inclusive atestada a notória especialização da Contratada.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Procurador(a)**, em 02/09/2025, às 14:18, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretario(a) Municipal**, em 02/09/2025, às 15:31, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16018729** e o código CRC **D102981B**.